

EDUCAÇÃO NO/DO TRABALHO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES
ORGANIZADORA

**EDUCAÇÃO
NO/DO TRABALHO
NO ÂMBITO DAS
POLÍTICAS
SOCIAIS**



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro R. C. Merlo

Augusto Jaeger Junior

Enio Passiani

José Rivair Macedo

Lia Levy

Márcia Ivana de Lima e Silva

Naira Maria Balzaretti

Paulo César Ribeiro Gomes

Rafael Brunhara

Tania D. M. Salgado

Alex Niche Teixeira, presidente

**Centro de Estudos Internacionais
sobre Governo (CEGOV)**

Diretor

Marco Cepik

Vice Diretor

Ricardo Augusto Cassel

Conselho Científico CEGOV

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel De-
marco, Fabiano Engelmann, Hélio Henkin,
Leandro Valiati, Lúcia Mury Scalco, Luis
Gustavo Mello Grohmann, Marcelo Soares
Pimenta, Marília Patta Ramos, Vanessa
Marx

Coordenação Coleção Editorial CEGOV

Cláudio José Muller, Gentil Corazza,
Marco Cepik

EDUCAÇÃO NO/DO TRABALHO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES

ORGANIZADORA

© dos autores
1ª edição: 2019

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV
Transformando a Administração Pública

Revisão: Profa. Dra. Rosa Maria Castilhos
Fernandes, Ana Gabriela Brock, Liza Bastos
Bischoff

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza
Bastos Bischoff, Henrique da Silva Pigozzo

Capa e diagramação: Liza Bastos Bischoff

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando
a Administração Pública são de exclusiva responsabilidade
dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos
trabalhos, desde que citada a fonte.

**Grupo de Pesquisa Educação,
Trabalho e Políticas Sociais da
UFRGS**

Coordenadora: Professora Dra. Rosa
Maria Castilhos Fernandes

Pesquisadoras Colaboradoras: Pro-
fessora Dra. Loiva Mara de Oliveira
Machado e Jéssica Degrandi Soares,
Mestre e bolsista CAPES (2016-2018)
no PPGPSSS/UFRGS e Doutoranda do
PPGSS-PUCRS

Bolsistas de iniciação científica da gra-
duação: Ana Gabriela Brock e Patrícia
Pereira Lopes

Mestrandas do PPGPSSS-UFRGS: Ma-
riana Martins Maciel, Mariana Pires
Borba, Michele Mendonça Rodrigues e
Tassiane Lemos Pacheco



E24 Educação no/do trabalho no âmbito das políticas sociais [recurso eletrônico] / organizadora
Rosa Maria Castilhos Fernandes. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/
CEGOV, 2019.

195 p. : pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

Inclui quadro.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Trabalho 3. Políticas sociais. 4. Saúde do trabalhador. 5. Assistência
social. 6. Educação superior. 7. Poder judiciário. 8. Direito à informação. I. Fernandes,
Rosa Maria Castilhos. II. Série.

CDU 331: 37.01

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0483-9

APRESENTAÇÃO

*As soluções não podem ser formais:
elas devem ser essenciais!*

ISTVÁN MÉSZÁROS

Escolher as palavras que transmitam o significado da construção coletiva de uma obra é sempre algo que mobiliza nossas racionalidades, emoções e memórias. Por isto inicio pensando sobre aquilo que realmente é essencial neste tempo vivido e escolho – a partir da minha formação como assistente social e do lugar que ocupo como docente e pesquisadora de uma IFES – a sistematização coletiva de conhecimentos para expressar reflexões que vêm dando sentido às trajetórias vivenciadas no ambiente acadêmico, mas também para alentar a classe trabalhadora da qual fizemos parte, em especial a que atua no âmbito das políticas sociais brasileiras para resistirem à corrosão cotidiana de um conjunto de conquistas de acessos aos direitos sociais.

Não há como negar que a conjuntura econômica, social, política e cultural no Brasil, assim como, o cenário internacional – resguardando as particularidades territoriais – nos mobilizam para afirmar a relevância da construção coletiva de estratégias para a defesa dos direitos humanos e da classe trabalhadora. Temos como premissa, que as experiências de educação vivenciadas pelos trabalhadores nas situações de trabalho no âmbito das políticas sociais públicas, se constituem em uma das estratégias para a reorganização do próprio trabalho na esfera estatal, assim como, para as lutas sociais necessárias capazes de reverter as condições de vida e de trabalho, que se apresentam diante das reformas liberais e que, também, impactam as estruturas do Estado Social vigente.

Ao Estado cabe o papel de mediador para que as desigualdades sociais não sejam naturalizadas e ampliadas sob pena de se enraizarem na sociedade injustiças irreparáveis, ferindo o direito de todas e todos os sujeitos ao acesso à riqueza socialmente produzida, num suposto sistema democrático brasileiro. Entretanto, sabemos que todo o Estado Social carrega na sua gênese as contradições e disputas de interesses que atendam a lógicas que divergem na sua essência e conformação, que expressam as correlações de forças existentes entre as classes sociais, cujos projetos antagônicos têm implicações contraditórias quanto aos rumos a serem trilhados, pois cada um desses projetos aponta agendas e consequências que incidem nos desenhos e estruturas organizacionais das políticas sociais e na vida cotidiana da população.

É neste contexto de institucionalização da sociedade por meio das estruturas organizativas e jurídicas do Estado, que se desenvolvem um conjunto de programas, projetos, serviços e benefícios sociais que materializam as políticas sociais

que são acessadas pela população. A política social é o terreno das discussões apresentadas nesta obra e, para tanto, são apreendidas nas suas complexas determinações e como mediação constituída historicamente nas tensões e nas contradições das relações de produção e reprodução do capital.

A conformação das políticas sociais ocorre em processos historicamente determinados e diferenciados, mas que, fundamentalmente, no Brasil, alavancaram a partir das conquistas democráticas que marcam a Constituição Federal de 1988 e por muitos reconhecida como a *carta cidadã*. De lá para cá, em que pesem os avanços e recuos, os princípios menos universais e mais focalizados, os abismos das desigualdades regionais, não há como negar, que houve iniciativas – mesmo com suas contradições – tanto por parte de programas de governos, quanto por parte das pressões populares, que culminaram no acesso a um conjunto de bens e serviços públicos à significativa parcela da população – os sujeitos de direitos.

Ocorre que, ainda, o Brasil se caracteriza pelos graves níveis de concentração de renda e de riqueza que incidem na miséria, na pobreza, nos baixos salários, no trabalho precarizado, no desemprego estrutural, nas violações de direitos e, até mesmo, pela forma precária de ofertas para o acesso aos bens e aos serviços sociais públicos, entre outros aspectos. É neste cenário que um conjunto de profissionais com diferentes formações (no campo das ciências sociais aplicadas, humanas, da saúde, da educação, entre outras) se colocam diante das múltiplas expressões da questão social vivenciadas por homens, mulheres, crianças, adolescentes, juventudes, negros, indígenas, refugiados e migrantes, pessoas com deficiências, entre outras, que caracterizam a diversidade social, cultural, de gênero e étnico-racial da população brasileira. É aí que a educação entra como um dispositivo, não somente pedagógico, mas como possibilidade de transformação da realidade social e de si mesmos, como sujeitos de direitos comprometidos com a efetivação dos direitos sociais por meio da emancipação política e como um devir para a emancipação humana.

Assim, nos valendo dos ensinamentos de Mészáros (*A educação para além do capital*, 2008), educar vai muito além do que mera transferência de conhecimentos, é conscientização e testemunho de vida. É poder construir estratégias que possam libertar o ser humano das armadilhas e mecanismos do determinismo neoliberal, do conservadorismo político-ideológico e, fundamentalmente, da lógica do capital, sem nunca deixar de reconhecer que a história, mesmo com suas marcas desiguais, é também um campo aberto de possibilidades.

Por isto, os argumentos que introduzem esta apresentação é que nos permitem compreender que a interlocução estruturante da educação com o trabalho, está nas possibilidades emancipatórias que se desenvolvem por meio dos atos criativos estrategicamente construídos pela classe trabalhadora e, neste livro, a luz direciona-se para aqueles que atuam nas políticas sociais brasileiras. Não foi

a intenção, nesta obra, dar conta da abrangência dos serviços e políticas públicas que atendem às necessidades sociais dos cidadãos, mas se sobressaem aquelas que fazem parte do sistema de proteção social como a assistência social, a saúde, a previdência, a educação assim como, seus desdobramentos como a saúde dos trabalhadores, as reflexões sobre o acesso ao direito à informação e, ainda, a articulação necessária do poder judiciário, o campo sociojurídico com as políticas sociais.

Esta produção coletiva tem a intenção de se movimentar em direção a um *intercâmbio ativo e efetivo com práticas educacionais mais abrangentes* (MÉSZÁROS, 2008), ao considerar que o trabalho nas políticas sociais pode se constituir num *locus* de aprendizagens que vislumbrem relações humanizadas. Contudo, sabemos que o contrário também é real, pois dependendo de como, o que se aprende e a serviço de qual lógica, ou seja, para quê mesmo? Estaremos, então, agindo *para o bem ou para o mal*, nas palavras de Mézszáros.

Nesta trajetória, as pesquisas desenvolvidas e a parceria com o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV/UFRGS) possibilitou a imersão em projetos de abrangência nacional, que, sem dúvida, nos aproximou das realidades vivenciadas por trabalhadores que atuam em diferentes espaços sócio-ocupacionais, assim como, de profissionais que dialogam com os fundamentos que embasam as reflexões dos textos aqui socializados. Esta obra integra a coleção *Transformando a Administração Pública* do CEGOV, que vem publicizando e destacando o posicionamento da universidade pública no desenvolvimento e aperfeiçoamento da administração pública brasileira, instigando o debate sobre os desafios políticos e governamentais contemporâneos.

A obra intitulada *A Educação no/do Trabalho no Âmbito das Políticas Sociais* conta com 16 autores, cujos artigos compõem 10 capítulos organizados em três seções. A primeira seção é resultado dos estudos e investigações desenvolvidas por um coletivo de pesquisadoras bolsistas de iniciação científica, mais precisamente da graduação em Serviço Social, assim como, de mestrandas bolsistas, que com apoio do CNPq, tiveram a oportunidade de imersão em processos investigativos; a segunda parte, foi construída com base nas discussões e reflexões que advêm dos estudos e revisões teóricas das mestrandas do PPG Política Social e Serviço Social da UFRGS (PPGPSSS), em alinhamento com a trajetória da orientadora organizadora desta obra. A escrita a várias mãos exige fluidez, ética e coerência na fundamentação teórica que subsidia as reflexões que não são individuais, mas coletivas, que não são isoladas, mas articuladas com as experiências vividas num grupo de pesquisa – *Educação, Trabalho e Políticas Sociais* – que ao se organizar vai dando sentido a sua experiência social e a sua produção de conhecimentos científicos. Nesta trajetória, também estão os sujeitos – trabalhadores e trabalhadoras – que participaram das investigações socializadas neste livro, protagonizando aquilo que

chamamos de achados das pesquisas. A esse coletivo minha gratidão pelas palavras, pela parceria e pela maturidade no trato da temática proposta.

O primeiro capítulo **“Educação, Trabalho e Experiências Sociais”**, contribui com a reflexão sobre a interlocução da *educação* e do *trabalho* para compreensão dos nexos possíveis; traz ainda essas concepções como experiências sociais e, neste artigo, aquelas que são vivenciadas por homens e mulheres que conduzem e operacionalizam os serviços que se desenham nas políticas sociais brasileiras. O espaço-tempo escolhido no texto, é aquele de uma prática educativa que não ocorre somente na escola formal, mas de uma prática educativa vivenciada pelos trabalhadores nas situações de trabalho.

No segundo capítulo, **“Contribuições para a Disseminação da Cultura de Educação Permanente no SUAS”**, socializa fragmentos dos resultados da pesquisa intitulada “Trajetórias de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” desenvolvida no período de 2017-2019, que envolveu as pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais (coordenado pela pesquisadora e professora que organiza esta obra). Enfatiza a importância da existência da política da assistência social para a população e o desenvolvimento humano, social e econômico. Defende a construção coletiva de estratégias, como a disseminação da cultura dos processos de educação permanente como um dispositivo para a formação e para o enfrentamento das situações que se apresentam no trabalho. Destaca a presença da dimensão ética e política que carrega a concepção de educação permanente e ao socializar os resultados da pesquisa dá visibilidade aos saberes, conhecimentos e habilidades indicados pelos trabalhadores/as do SUAS, para o atendimento dos direitos socioassistenciais, assim como, para resistir à corrosão dos avanços alcançados no SUAS.

O capítulo três discorre sobre um tema relevante e de necessária discussão, pois se trata do **“Planejamento e Controle Social Democrático no/do SUAS”**. A sistematização é resultado da pesquisa documental denominada “Análises das Reflexões sobre o Controle Social: uma pesquisa documental no CapacitaSUAS”, realizada no período de outubro de 2016 a outubro de 2017 e teve como objetivo geral analisar as reflexões dos/as participantes que emergiram nos fóruns virtuais de debate do Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social. Este Curso foi desenvolvido pelo então Ministério do Desenvolvimento Social – MDS em parceria com o Centro de Estudos Internacionais sobre Governo – CEGOV/UFRGS. Procura, a partir de argumentos teóricos e reflexivos, elucidar o significado do planejamento e sua caracterização, instrumentos e resultados a partir de duas direções principais: tradicional e estratégico participativo. Aborda a questão dos planos de assistência social, como instrumentos técnicos e políticos, que orientam o processo de planejamento para o exercício do controle social e, ainda, traz os desafios e perspectivas da gestão do fundo público frente à efetivação do Plano de Assisten-

cia Social. O protagonismo dos conselheiros e participantes do Curso analisado enriquecem a discussão.

Na segunda parte, o quarto capítulo, **“A Emergência do Direito à Informação”** nos remete à emergencial necessidade do debate sobre os direitos sociais, incluindo o direito à informação, no âmbito do Estado brasileiro. Para as autoras, a dimensão sócio-histórica, política e cultural desta discussão, sempre esteve atrelada à formulação, à gestão, à avaliação e ao controle social democrático das políticas sociais públicas, mas o gatilho desta emergência diz respeito às contrarreformas vivenciadas no cenário brasileiro. Os espaços de trabalho no âmbito das políticas sociais, as militâncias, os sindicatos, as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais, entre tantos outros, assim como as mídias alternativas, são estratégicos para deflagrarem processos educativos que promovam o acesso ao direito à informação, tratados e inseridos nas diversas legislações das políticas sociais. Neste artigo, tem-se como foco analítico e referência a política de assistência social brasileira.

“Poder Judiciário e a Interlocação com as Políticas Sociais”, o quinto capítulo, surge neste contexto como uma reflexão fundamental uma vez que o volume crescente dos processos judiciais por conta da complexidade da realidade social vivenciada pela população, convergem para a necessidade de reflexão sobre a crescente transferência ao Poder Judiciário da responsabilidade de promover o atendimento das expressões da questão social. As crescentes demandas judiciais e a necessária construção de estratégias profissionais que vão ao encontro da intersetorialidade na busca do atendimento da população que enfrenta cotidianamente a desarticulação dos serviços públicos. As autoras apontam que essa realidade vem também requerendo dos operadores do sistema de justiça uma reflexão crítica sobre a forma como se inserem nesse contexto, em especial na relação que estabelecem com as diferentes políticas sociais.

O capítulo seis, traz as **“Exigências da Democratização da Educação Superior: a formação no e para o trabalho nas IFES”**. É fruto de revisões teóricas de pesquisas e de articulação com o trabalho das autoras em IFES. Afirmam que há um espaço para a formação do conjunto de servidores/as trabalhadores/as das IFES no que diz respeito à aquisição de novos conhecimentos para atender às necessidades sociais e de ensino e aprendizagem que permeiam o ambiente atual dessas instituições, provocadas pela democratização do acesso ao direito à educação superior, a partir do processo de inclusão dos diferentes perfis de estudantes que emergiu com o sistema de ingresso por cotas.

A terceira seção, formada por cinco capítulos, amplia a discussão sobre a educação *no e do* trabalho trazendo conteúdos relevantes que vão desde o resultado de estudos em programas de pós-graduação, em núcleos de pesquisas, até as experiências de gestão, de assessorias e militância no âmbito das políticas sociais,

assim como, de reflexões que sustentam a práxis das autoras e autores, enriquecendo esta produção de conhecimentos.

Inicia pelo capítulo sete, que discorre sobre a **“Educação do/no Trabalho no Caso da Saúde: micropolítica e o componente imaterial da ‘educó(trans) formação’”**. O trânsito no campo da saúde é para a autora e o autor um campo de preocupações, que veio delineando um certo olhar e um modo de levar em conta a educação do/no trabalho, uma vez que a política pública de saúde, no Brasil, tem no “ordenamento da formação” uma competência constitucional. A experiência na direção institucional de uma instância de gestão local do setor da saúde: uma gerência distrital, no município de Porto Alegre, é tomada como a referência para o estudo empírico (período de novembro de 2011 a março de 2015) e imbuído da emergência de instâncias educativas abrangidas pela indicação nacional da “Educação Permanente em Saúde”. A investigação possibilitou conhecer a educação do/no trabalho como micropolítica do trabalho e como produção imaterial do trabalho. Os movimentos e encontros *acionados como* ou *tornados* “coletivos” ou “coletivos organizados de produção”, vinham como dispositivos de gestão local do setor da saúde, um componente de reafirmação de um fazer compartilhado.

“A Política de Assistência Social: necessários avanços articulados ao trabalho profissional” é o oitavo capítulo que corrobora a construção reflexiva desta obra, sobre o debate e a relevância dos processos educativos no/do trabalho sob a égide de sua capacidade de construir compromissos com a ampliação dos direitos sociais definidos pelas políticas públicas e no caso específico desse artigo as autoras se dedicam a discorrer sobre as especificidades desse processo no âmbito da política de assistência social, tendo como marco a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A gestão do trabalho e os processos de educação permanente exigem para as autoras, ao mesmo tempo, um reconhecimento da trajetória da política, seus avanços na implantação do SUAS e da política de gestão do trabalho e um olhar prospectivo para o lugar estratégico da dimensão ideopolítica da formação dos trabalhadores para selar compromissos diante dos pactos civilizatórios.

No capítulo nove **“Condições de Trabalho e Saúde dos Trabalhadores(as) nas Políticas Sociais: perspectivas de educação no/do trabalho”**, versa sobre as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores nas políticas sociais, evidenciando sua importância para a educação no/do trabalho. Apontam que a centralidade dessa discussão parte de duas categorias centrais trabalho e saúde. Trabalho enquanto processo dinâmico atravessado por múltiplas determinações e ao mesmo tempo na sua dimensão ontológica como parte da constituição do ser social. E a saúde como expressão do ser social em que o trabalho e as condições de exercê-lo são premissas essenciais para a compressão das condições de trabalho e saúde do trabalhador enquanto categoria de análise presente nas reflexões do capítulo. Partem do pressuposto que para refletir sobre a educação no/do trabalho é indis-

pensável adentrar nas condições de trabalho dos trabalhadores(as) de distintas políticas sociais, cuja imersão nesse contexto, que vem se dando por meio de diferentes estudos e pesquisas deflagradas pelas pesquisadoras e autoras, permite ampliar a compreensão e aprofundamento sobre o processo de saúde-doença dos mesmos.

E por fim, no último capítulo o texto **“Apontamentos sobre Educação Dialética”** o autor traz subsídios e fundamentos filosóficos que provocam reflexões e a partir de seus questionamentos: *vivemos num círculo vicioso no qual o capitalismo, como Ser social, produz a alienação da consciência da classe trabalhadora, a qual, por ter a consciência dominada, seria incapaz de superar o capitalismo? Será que [...], seria impossível superar a alienação da consciência da classe trabalhadora? Estaríamos, desde o século XIX, diante de uma situação sem saída? Por serem incapazes de vencer a alienação, restaria aos trabalhadores apenas suportar as mazelas do capitalismo? Sem a pretensão direta de respondê-los, o texto reaproxima o leitor/a das obras de Platão e Marx, que não por acaso são combatidas pelos conservadores há mais de 2.000 anos. É sem dúvida um texto que nos provoca diante das imposições da lógica capitalista e seus rebatimentos na sociedade e no contexto sócio-histórico atual: *ainda seria possível realizar um processo educativo dialético, crítico e revolucionário? Pergunta o autor!**

O leitor ou leitora poderiam nos perguntar, por que esse último texto, não compõe o primeiro capítulo do livro? Afinal, traz o método dialético em Marx que orientou e foi referência analítica em grande parte do conjunto dos estudos e reflexões aqui publicizados. É por que entendemos que a produção de conhecimentos não é exatamente o ponto de chegada para fins imediatos, pois como nos diz Iassi (2017)¹³: *o conhecimento abre trilhas que só serão trilhadas muito tempo depois*. Então vamos concluindo a organização dos capítulos desta obra com as questões provocadas pela *Educação Dialética*.

No mais, os(as) leitores(as) encontrarão aqui não somente categorias explicativas da realidade, reflexões teóricas e analíticas, resultados de pesquisas, relatos de experiências, proposições que articulam a temática que nos propomos – educação, trabalho e políticas sociais – mas também encontram um espaço com sentidos e desejos, coletivos em movimento, indignados e com a paixão necessária para a afirmação e compromisso com a permanência da formação da classe trabalhadora. Contudo, aos trabalhadores e trabalhadoras inseridos no trabalho no âmbito das políticas sociais, faço uso das palavras de Gil e Caetano Veloso: **ATENÇÃO PARA O REFRÃO: É PRECISO ESTAR ATENTO E FORTE!**

Rosa Maria Castilhos Fernandes,
Outono de 2019.

(13) Ver em: IASSI, Mauro. Política, Estado e Ideologia: na trama conjuntural. São Paulo: ICP, 2017.